



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE

PARTE B

ASSEMBLEIA NACIONAL:	
<i>Secretaria-Geral:</i>	
Extracto de despacho n.º 634/2016:	
Nomeando, Jocelinda Gisela do Rosário Morais Ferreira, para exercer em comissão ordinária de serviço as funções de secretária do Presidente da Assembleia Nacional.....	705
Extracto de despacho n.º 635/2016:	
Nomeando, Nuno Miguel Melo Furtado, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Conselheiro do Presidente da Assembleia Nacional.	705
Extracto de despacho n.º 636/2016:	
Dando por finda a comissão de serviço de Vilma da Glória Silva Lino, das funções de secretária no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV.....	705
Extracto de despacho n.º 637/2016:	
Dando por finda a comissão de serviço de Karine Correia Filipe de Sousa, das funções de assessora no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV.	705
Extracto de despacho n.º 638/2016:	
Dando por finda a comissão de serviço de José António Silva Tavares Nunes, das funções de secretário no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV.	705
Extracto de despacho n.º 639/2016:	
Dando por finda a comissão de serviço de Adalberto José Mendes, das funções de condutor do 2.º Vice-Presidente da Assembleia Nacional.	705
Extracto de despacho n.º 640/2016:	
Dando por finda a comissão de serviço de Joaquim da Costa Paiva, das funções de condutor do Líder Parlamentar do MPD.	705
Extracto de despacho n.º 641/2016:	
Dando por finda a comissão de serviço de António Torquato Vieira de Andrade e Oliveira, das funções de assessor no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV.....	705
Extracto de despacho n.º 642/2016:	
Dando por finda a comissão de serviço de Ângela Celina Tavares Andrade, das funções de técnica superior, no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV.	705
Extracto de despacho n.º 643/2016:	
Dando por finda a comissão de serviço de José Luis Fonseca Rodrigues dos Santos, das funções de Secretário no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV.	705

Extracto de despacho nº 644/2016:	
Nomeando, Eugénia Regina Fortes Oliveira, para exercer em comissão ordinária de serviço as funções de secretária do Líder Parlamentar do MPD.....	705
Extracto de despacho nº 645/2016:	
Nomeando, Gracelino Lopes Moreno, nomeado para exercer em comissão ordinária de serviço as funções de condutor do Líder Parlamentar do MPD.....	706
Extracto de despacho nº 646/2016:	
Nomeando, Mário Ildo Mendes Cabral, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Director do Gabinete do Grupo Parlamentar do MPD.....	706
Extracto de despacho nº 647/2016:	
Nomeando, Adalberto José Mendes, para exercer em comissão ordinária de serviço as funções de condutor do Presidente da Assembleia Nacional.	706
Extracto de despacho nº 648/2016:	
Nomeando, Ana Rosa dos Santos Rodrigues, para exercer em comissão ordinária de serviço as funções de Secretária no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV.	706
Extracto de despacho nº 649/2016:	
Nomeando, Joaquim da Costa Paiva, para exercer em comissão ordinária de serviço as funções de condutor do Presidente da Assembleia Nacional.	706
Extracto de despacho nº 650/2016:	
Nomeando, Lourenço Andrade Lopes, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de conselheiro político e de comunicação do Presidente da Assembleia Nacional.	706
Extracto de despacho nº 651/2016:	
Dando finda a comissão de serviço de Dulce de Fátima Vieira Semedo Melo, das funções de secretária do Gabinete do Grupo Parlamentar do Movimento para a Democracia.	706
Extracto de contrato nº 10/2016:	
Contratando, Carlos Maurício Gonçalves Lobo, para exercer o cargo de pessoal de apoio operacional nível III.....	706
Comunicação nº 24/2016:	
Rescindindo o contrato de trabalho com Gracelindo Lopes Moreno, contratado para exercer o cargo de condutor auto-ligeiro, no Gabinete do Grupo Parlamentar do Movimento para a Democracia.....	706

PARTE C

CONSELHO DE MINISTROS:	
Resolução nº 5/2016 (II Série):	
Nomeia, Patrícia Helena Ribeiro Teixeira, licenciada em Marketing e Publicidade, para, em regime de substituição, exercer o cargo de Diretora do Gabinete de Comunicação e Imagem do Governo.	707
Resolução nº 6/2016 (II Série):	
Dá por finda a comissão de serviço de Humberto Elísio da Cruz Lima no cargo de Presidente do Conselho de Administração do Instituto do Património Cultural.	707
Resolução nº 7/2016 (II Série):	
Dá por finda a comissão de serviço de João Domingos Baptista Gomes de Pina no cargo de Diretor Nacional da Polícia Nacional.	707
Resolução nº 8/2016 (II Série):	
Dá por finda a comissão de serviço de Francisco Angelino Vieira de Carvalho no cargo de Diretor-geral das Comunidades.	707
Resolução nº 9/2016 (II Série):	
Dá por finda a comissão de serviço de Lamine António Marizús dos Santos Tavares no cargo de Diretor-geral da Solidariedade Social.	707
Resolução nº 10/2016 (II Série):	
Dá por finda a comissão de serviço de Pedro Moreno Brito no cargo de Diretor-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Educação e Desporto.	708
Resolução nº 11/2016 (II Série):	
Exonera, Maria de Lourdes Delgado Barros do cargo de Gestora da Unidade de Gestão da Casa do Cidadão.	708
Resolução nº 12/2016 (II Série):	
Exonera os administradores, José Maria Fernandes da Veiga, Elias Monteiro e Emanuel Évora Gomes, enquanto membros da Comissão Executiva do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).....	708
Resolução nº 13/2016 (II Série):	
Exonera, Manuel Nascimento dos Santos Carvalho, Alberto Josefá Barbosa e Leontina Marísia Ribeiro, do cargo de membros do Conselho Diretivo do Instituto de Estradas.....	708
Resolução nº 14/2016 (II Série):	
Nomeia, Charles Samson Comlanvi Akibodé, para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Instituto do Património Cultural.	708
Resolução nº 15/2016 (II Série):	
Nomeia os seguintes membros para integrem a Comissão Executiva do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).....	708

Resolução nº 16/2016 (II Série):

Nomeia, Emanuel Estaline Oliveira Sousa Moreno, Superintendente da Polícia Nacional, para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Diretor Nacional da Polícia Nacional..... 709

Resolução nº 17/2016 (II Série):

Nomeia, Julião Moreira Evangelista Barros, para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Inspetor-geral da Educação, Formação e Ensino Superior. 709

Resolução nº 18/2016 (II Série):

Nomeia, Ana Paula Borges da Silva Costa, licenciada em Economia e Gestão, para, em regime de substituição, exercer o cargo de Diretora Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Educação. 709

Resolução nº 19/2016 (II Série):

Nomeia, Mayra Suely Santos Silva Lopes dos Santos, mestre em Gestão e Ciência, para exercer o cargo de Gestora da Unidade de Gestão da Casa do Cidadão. 709

Resolução nº 20/2016 (II Série):

Nomeia os membros do Conselho Diretivo do Instituto de Estradas. 709

CHEFIA DO GOVERNO:***Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão da Chefia do Governo:*****Extracto de despacho nº 652/2016:**

Requisitando, Gilvanete Madalene Neves Chantre, para, em comissão de serviço, desempenhar as funções de assessora especial de S. Ex^a o Primeiro-Ministro. 710

Extracto de despacho nº 653/2016:

Nomeando, Carlos Manuel do Canto Sena Monteiro, para, em comissão de serviço, desempenhar as funções de conselheiro para a Juventude, de S. Ex^a o Primeiro-Ministro..... 710

Extracto de despacho nº 654/2016:

Concedendo licença sem vencimento, a Iolanda Ledo de Pina, pessoal de apoio operacional do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão da Chefia do Governo. 710

Extracto de despacho nº 655/2016:

Concedendo licença sem vencimento a Adilson da Graça Jesus, do quadro de pessoal da Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão da Chefia do Governo..... 710

Direcção Nacional da Administração Pública:**Extracto de despacho nº 656/2016:**

Aposentando, António Tavares, ex-estivador do quadro de pessoal da ENAPOR. 710

Extracto de despacho nº 657/2016:

Aposentando, João de Melo, jardineiro do quadro de pessoal do Ministério da Saúde. 710

Extracto de despacho nº 658/2016:

Aposentando, Arlinda Lopes Fortes Silva Medina, professora do ensino secundário do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desporto. 710

Extracto de despacho nº 659/2016:

Fixando, uma pensão de sobrevivência a favor de Maria de Fátima Borges Moreno, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Elias Monteiro que foi ex-trabalhador, aposentado. 711

Extracto de despacho nº 660/2016:

Fixando uma pensão de sobrevivência a favor de Faustina Maria Fortes Faria, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Maximiano Maria Mercêdes Faria, agente principal, aposentado..... 711

Rectificação nº 79/2016:

Rectificando, o extracto de despacho, respeitante a aposentação de Cecílio Tavares Varela Moniz, ex-escriturário-dactilógrafo de 1^a classe. 711

Rectificação nº 80/2016:

Rectificando, o extrato do despacho respeitante a aposentação de Maria Helena Cabral Almada, professora do ensino básico principal do quadro do Ministério da Educação e Desporto..... 711

Rectificação nº 81/2016:

Rectificando, o extrato do despacho respeitante a aposentação de Maria Filomena Moreira Barreto Semedo, professora do ensino secundário do quadro do Ministério da Educação e Desporto..... 711

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:***Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho nº 661/2016:**

Nomeando, Mirza Margarida Brito Mariano Antunes, para em comissão de serviço exercer o cargo de assessora de S. Ex^a o Ministro das Finanças. 711

Extracto de despacho nº 662/2016:

Nomeando, Milton Nascimento de Sena Paiva, para, em comissão de serviço exercer o cargo de assessor de S. Ex^a o Ministro das Finanças. 712

Direcção Nacional de Receitas do Estado:**Despacho nº 4/2016:**

Delegando as competências que aponta, nas personalidades que indica. 712

	<p>MINISTÉRIO DA ECONOMIA E EMPREGO E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS: <i>Gabinete de ex-Ministro do Turismo, Indústria e Energia e ex-Ministra das Finanças e do Planeamento:</i> Despacho conjunto nº 10/2016: Atribuir o Estatuto de Utilidade Turística de Funcionamento, ao empreendimento turístico denominado “ESPLANADA MORABEZA” 712</p> <p>MINISTÉRIO DA SAÚDE E DA SEGURANÇA SOCIAL: <i>Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:</i> Extracto de despacho nº 663/2016: Prorrogando licença sem vencimento a Cátia Sofia Silva Além Costa, médica geral, do quadro do pessoal do Ministério da Saúde. 712</p> <p>Rectificação nº 82/2016: Rectificando, o despacho referente a concessão de licença sem vencimento da enfermeira Maria de Livramento de Pina Spencer Silva. 712</p> <p>MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E AMBIENTE: <i>Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:</i> Extracto de despacho nº 664/2016: Prorrogando licença sem vencimento a Alberto Salazar da Silva, técnico sénior, quadro definitivo da Direcção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e Ambiente. 712</p>
<p>PARTE D</p>	<p>CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL: <i>Secretaria:</i> Despacho: Exonerando, Carlos Alexandre Monteiro Reis, Juiz de Direito de 2ª classe, do quadro da Magistratura Judicial. 713</p> <p>Deliberação nº 38/2016: Destacando, Adérito Varela Fortes, secretário judicial, para o exercício do cargo no Tribunal da Comarca de São Filipe-Fogo. 713</p> <p>Deliberação nº 39/2016: Revogando a deliberação nº 32/2016, de 29 de Abril, publicada no <i>Boletim Oficial</i> nº 21 II Série, de 6 de Maio. 713</p> <p>TRIBUNAL DE CONTAS: <i>Direcção dos Serviços Administrativos e Financeiros:</i> Extracto de despacho nº 665/2016: Autoriza, Rosa Iolanda Carvalho Silva Fortes, de nomeação definitiva no quadro de pessoal do Tribunal de Contas, a reingressar ao quadro de origem. 713</p>
<p>PARTE E</p>	<p>IMPrensa NACIONAL DE CABO VERDE, SA: <i>Assembleia-Geral:</i> Deliberação nº 2/2016: Nomeia, Engª Clotilde Fortes Tiene Monteiro, Dr. Miguel Ho Chi Minh Almeida Pires Miranda Semedo e Dr. Vitalzinho Vieira Landim, para o Conselho de Administração da INCV. 713</p>
<p>PARTE G</p>	<p>MUNICÍPIO DO TARRAFAL DE SANTIAGO: <i>Câmara Municipal:</i> Extracto de deliberação nº 18/2016: Contratando, Isabel Mendes Cabral Almeida, Sara Leny Pereira da Costa e Idelmira Augusta Furtado Lopes contratadas, para exercerem o cargo de assistente técnico nível I, da Câmara Municipal do Tarrafal de Santiago. 714</p> <p>Extracto de deliberação nº 19/2016: Contratando, Francisco Cabral Sanches, Marlila Soares Fernandes, Neusa Maria do Espírito Santos Monteiro Mendes e Lurdzivete Correia Miranda, contratadas para exercerem o cargo de apoio operacional nível IV, na Câmara Municipal do Tarrafal de Santiago. 714</p> <p>Extracto de deliberação nº 20/2016: Contratando, Manuel de Jesus da Lomba Monteiro, para exercer o cargo de assistente técnico nível I, no quadro de pessoal da Câmara Municipal do Tarrafal de Santiago. 714</p> <p>Extracto de deliberação nº 21/2016: Recrutando, Eveline Nair dos Santos Soares Tavares, José Manuel Soares Tavares, Ederlindo Jorge Gomes Mendes Costa, Mário Mendes Tavares, Lúcio Almeida Mendes, Délcia Helena Fernandes Fait e Maria Indira Barros Varela, em regime de nomeação para desempenharem as funções de técnico nível I, na Câmara Municipal do Tarrafal Santiago. 714</p>

PARTE B**ASSEMBLEIA NACIONAL****Secretaria-Geral**

Extracto de despacho nº 634/2016 – De S. Ex^a o Presidente da Assembleia Nacional:

De 10 de Maio de 2016:

Jocelinda Gisela do Rosário Morais Ferreira, licenciada em ciência política e mestranda em políticas e dinâmicas internacionais, nomeada para exercer em comissão ordinária de serviço as funções de secretária de S. Ex^a o Presidente da Assembleia Nacional, nos termos dos artigos 8º e 12º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional, aprovada pela Lei nº 83/VII/2011, de 10 de Janeiro, conjugados com os artigos 3º e 4º, nºs 1 e 3 do artigo 5º e alínea *h*) do nº 1 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 49/2014, de 10 de Setembro, e alínea *b*) do artigo 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 21 de Abril de 2016.

Extracto de despacho nº 635/2016 – De S. Ex^a o Presidente da Assembleia Nacional:

De 10 de Maio de 2016:

Nuno Miguel Melo Furtado, técnico parlamentar de 1ª classe, referência 14, escalão B, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, nomeado para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de conselheiro de S. Ex^a o Presidente da Assembleia Nacional, nos termos dos artigos 8º, 12º e 14º e nº 2 do artigo 11º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional, aprovada pela Lei nº 83/VII/2011, de 10 de Janeiro, conjugados com os artigos 3º e 4º, nºs 1 e 3 do artigo 5º e alínea *b*) do nº 1 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 49/2014, de 10 de Setembro, alínea *b*) do artigo 14º e nº 1 do artigo 15º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 27 de Abril de 2016.

A despesa tem cabimento no código 02.01.01.01.01 do orçamento privativo da Assembleia Nacional. – (Isento do visto do Tribunal de Contas).

Extracto de despacho nº 636/2016 – De S. Ex^a o Presidente da Assembleia Nacional:

De 12 de Maio de 2016:

Vilma da Glória Silva Lino, exercendo em comissão ordinária de serviço as funções de secretária no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV, dada por finda a referida comissão de serviço, com efeitos a partir de 30 de Abril de 2016.

Extracto de despacho nº 637/2016 – De S. Ex^a o Presidente da Assembleia Nacional:

De 12 de Maio de 2016:

Karine Correia Filipe de Sousa, técnica parlamentar de 2ª classe, referência 13, escalão A, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, exercendo em comissão ordinária de serviço as funções de assessora no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV, dada por finda a referida comissão de serviço, com efeitos a partir de 30 de Abril de 2016.

Extracto de despacho nº 638/2016 – De S. Ex^a o Presidente da Assembleia Nacional:

De 12 de Maio de 2016:

José António Silva Tavares Nunes, exercendo em comissão ordinária de serviço as funções de secretário no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV, dada por finda a referida comissão de serviço, com efeitos a partir de 30 de Abril de 2016.

Extracto de despacho nº 639/2016 – De S. Ex^a o Presidente da Assembleia Nacional:

De 12 de Maio de 2016:

Adalberto José Mendes, condutor auto ligeiro, referência 2, escalão H, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, exercendo em comissão ordinária de serviço as funções de condutor do 2º Vice-Presidente da Assembleia Nacional, dada por finda a referida comissão, com efeitos a partir de 27 de Abril de 2016.

Extracto de despacho nº 640/2016 – De S. Ex^a o Presidente da Assembleia Nacional:

De 12 de Maio de 2016:

Joaquim da Costa Paiva, condutor auto ligeiro, referência 2, escalão B, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, exercendo em comissão ordinária de serviço as funções de condutor do Líder Parlamentar do MPD, dada por finda referida comissão, com efeitos a partir de 27 de Abril de 2016.

Extracto de despacho nº 641/2016 – De S. Ex^a o Presidente da Assembleia Nacional:

De 12 de Maio de 2016:

António Torquato Vieira de Andrade e Oliveira, técnico parlamentar de 2ª classe, referência 13, escalão A, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, exercendo em comissão ordinária de serviço as funções de assessor no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV, dada por finda a referida comissão de serviço, com efeitos a partir de 30 de Abril de 2016.

Extracto de despacho nº 642/2016 – De S. Ex^a o Presidente da Assembleia Nacional:

De 12 de Maio de 2016:

Ângela Celina Tavares Andrade, licenciada em ciências sociais - percurso ciências políticas, exercendo em comissão ordinária de serviço as funções de técnica superior, referência 13, escalão A, no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV, dada por finda a referida comissão de serviço, com efeitos a partir de 30 de Abril de 2016.

Extracto de despacho nº 643/2016 – De S. Ex^a o Presidente da Assembleia Nacional:

De 12 de Maio de 2016:

José Luis Fonseca Rodrigues dos Santos, técnico auxiliar, referência 5, escalão C, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, exercendo em comissão ordinária de serviço as funções de secretário no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV, dada por finda a referida comissão de serviço, com efeitos a partir de 30 de Abril de 2016.

Extracto de despacho nº 644/2016 – De S. Ex^a o Presidente da Assembleia Nacional:

De 12 de Maio de 2016:

Eugénia Regina Fortes Oliveira, licenciada em ciências da educação e praxis educativas, nomeada para exercer em comissão ordinária de serviço as funções de secretária do Líder Parlamentar do MPD, nos termos do nº 3 do artigo 67º e artigo 8º da Lei Orgânica da

Assembleia Nacional, aprovada pela Lei n.º 83/VII/2011, de 10 de Janeiro, conjugados com os artigos 3.º e 4.º, n.ºs 1 e 3 do artigo 5.º e alínea i) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 49/2014, de 10 de Setembro, e alínea b) do artigo 14.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 2 de Maio de 2016.

Extracto de despacho n.º 645/2016 – De S. Ex.ª o Presidente da Assembleia Nacional:

De 12 de Maio de 2016:

Gracelino Lopes Moreno, nomeado para exercer em comissão ordinária de serviço as funções de condutor do Líder Parlamentar do MPD, nos termos da alínea b) do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 3 do artigo 7.º e n.º 3 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 49/2014, de 10 de Setembro, artigo 8.º e n.º 3 do artigo 67.º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional, aprovada pela Lei n.º 83/VII/2011, de 10 de Janeiro, e n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 4/VI/2001, de 17 de Dezembro, com efeitos a partir de 27 de Abril de 2016.

Extracto de despacho n.º 646/2016 – De S. Ex.ª o Presidente da Assembleia Nacional:

De 12 de Maio de 2016:

Mário Ildo Mendes Cabral, licenciado em direito e mestre em direito das empresas, nomeado para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Director do Gabinete do Grupo Parlamentar do MPD, nos termos do artigo 8.º e alínea d) do n.º 1 do artigo 67.º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional, aprovada pela Lei n.º 83/VII/2011, de 10 de Janeiro, e da alínea a) do artigo 38.º, artigo 39.º e n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 4/VI/2001, de 17 de Dezembro, com efeitos a partir de 27 de Abril de 2016.

Extracto de despacho n.º 647/2016 – De S. Ex.ª o Presidente da Assembleia Nacional:

De 12 de Maio de 2016:

Adalberto José Mendes, condutor auto ligeiro, referência 2, escalão H, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, nomeado para exercer em comissão ordinária de serviço as funções de condutor do Presidente da Assembleia Nacional, nos termos da alínea b) do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugados com o n.º 3 do artigo 7.º e n.º 3 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 49/2014, de 10 de Setembro, artigo 8.º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional, aprovada pela Lei n.º 83/VII/2011, de 10 de Janeiro, e n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 4/VI/2001, de 17 de Dezembro, com efeitos a partir de 27 de Abril de 2016.

Extracto de despacho n.º 648/2016 – De S. Ex.ª o Presidente da Assembleia Nacional:

De 12 de Maio de 2016:

Ana Rosa dos Santos Rodrigues, com formação profissional de secretariado e relações públicas de nível IV, nomeada para exercer em comissão ordinária de serviço as funções de secretária no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV, nos termos dos artigos 8.º e alínea c) do n.º 1 do artigo 67.º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional, aprovada pela Lei n.º 83/VII/2011, de 10 de Janeiro, conjugados com a alínea d) do artigo 38.º, n.º 1 e alínea a) do n.º 2 do artigo 39.º e n.º 2 do artigo 45.º da Lei n.º 4/VI/2001, de 17 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2016.

Extracto de despacho n.º 649/2016 – De S. Ex.ª o Presidente da Assembleia Nacional:

De 12 de Maio de 2016:

Joaquim da Costa Paiva, condutor auto ligeiro, referência 2, escalão B, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, nomeado para

exercer em comissão ordinária de serviço as funções de condutor do Presidente da Assembleia Nacional, nos termos da alínea b) do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugados com o n.º 3 do artigo 7.º e n.º 3 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 49/2014, de 10 de Setembro, artigo 8.º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional, aprovada pela Lei n.º 83/VII/2011, de 10 de Janeiro, e n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 4/VI/2001, de 17 de Dezembro, com efeitos a partir de 27 de Abril de 2016.

Extracto de despacho n.º 650/2016 – De S. Ex.ª o Presidente da Assembleia Nacional:

De 12 de Maio de 2016:

Lourenço Andrade Lopes, técnico parlamentar de 2.ª classe, referência 13, escalão D, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, nomeado para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de conselheiro político e de comunicação do Presidente da Assembleia Nacional, nos termos da alínea b) do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugados com o artigo 8.º e 12.º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional, aprovada pela Lei n.º 83/VII/2011, de 10 de Janeiro, artigos 3.º e 4.º, n.ºs 1 e 3 do artigo 5.º e alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 49/2014, de 10 de Setembro, com efeitos a partir de 30 de Abril de 2016.

As despesas têm cabimento no código 02.01.01.01 do orçamento privativo da Assembleia Nacional. – (Isento do visto do Tribunal de Contas).

Extracto de despacho n.º 651/2016 – De S. Ex.ª o Presidente da Assembleia Nacional:

De 16 de Maio de 2016:

Dulce de Fátima Vieira Semedo Melo, secretária parlamentar de 3.ª classe, referência 6, escalão E, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, exercendo em comissão de serviço as funções de secretária do Gabinete do Grupo Parlamentar do Movimento para a Democracia, dada por finda a referida comissão de serviço, com efeitos a partir de 27 de Abril de 2016.

Extracto de contrato de trabalho a termo certo n.º 10/2016

De 12 de Maio de 2016:

Carlos Maurício Gonçalves Lobo, contratado para exercer o cargo de pessoal de apoio operacional nível III, ex-condutor auto ligeiro do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, referência 2, escalão A, no Gabinete do Grupo Parlamentar do MPD, ao abrigo do n.º 2 do artigo 67.º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional, conjugado com o n.º 1 e alínea c) do n.º 2 do artigo 39.º da Lei n.º 4/VI/2001, de 17 de Dezembro, n.ºs 1 e 3 do artigo 25.º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de Julho, n.ºs 1 e 3 do artigo 6.º, alínea a) do n.º 1 do artigo 62.º e alínea c) do n.º 1 e n.º 4 do artigo 63.º do Decreto-Lei n.º 9/2013, de 26 de Fevereiro, artigo 24.º da Lei 102/IV/93, de 31 de Dezembro, e artigos 360.º, 365.º e 369.º do Decreto-Legislativo n.º 5/2007, de 16 de Outubro, pelo período de 1 (um) ano, renovável, com efeitos a partir de 27 de Abril de 2016.

A despesa tem cabimento no Código 02.01.01.01.03 do Orçamento Privativo da Assembleia Nacional para 2016. – (Isento do visto do Tribunal de Contas).

Comunicação n.º 24/2016

Gracelindo Lopes Moreno, contratado para exercer o cargo de condutor auto-ligeiro, referência 2, escalão A, no Gabinete do Grupo Parlamentar do Movimento para a Democracia, é rescindido o referido contrato de trabalho a termo, com efeitos a partir de 27 de Abril de 2016.

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, na Praia aos 13 de Maio de 2016. – A Secretária-Geral, *Marlene Brito Barreto Almeida Dias*.

PARTE C**CONSELHO DE MINISTROS****Resolução nº 5/2016 (II Série)****de 31 de maio**

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 40.º do Decreto-lei n.º 57/2014, de 24 de outubro, alterado pelo Decreto-lei n.º 17/2015, de 10 de março, conjugado com o n.º 1 dos artigos 23.º e 33.º do Decreto-lei n.º 59/2014, de 4 de novembro; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Nomeação

É nomeada Patrícia Helena Ribeiro Teixeira, licenciada em Marketing e Publicidade, para, em regime de substituição, exercer o cargo de Diretora do Gabinete de Comunicação e Imagem do Governo.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos a partir do dia 23 de maio de 2016.

Aprovada em Conselho de Ministros de 26 de Maio de 2016.

O Primeiro-ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*

Resolução nº 6/2016 (II Série)**de 2 de junho**

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 19.º da Lei n.º 92/VIII/2015, de 13 de julho; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Fim de comissão

É dada por finda a comissão de serviço de Humberto Elísio da Cruz Lima no cargo de Presidente do Conselho de Administração do Instituto do Património Cultural.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos a partir do dia 11 de maio de 2016.

Aprovada em Conselho de Ministros do dia 26 de maio de 2016.

O Primeiro-ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*.

Resolução nº 7/2016 (II Série)**de 2 de junho**

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Fim de comissão

É dada por finda a comissão de serviço de João Domingos Baptista Gomes de Pina no cargo de Diretor Nacional da Polícia Nacional.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos a partir do dia 31 de maio de 2016.

Aprovada em Conselho de Ministros do dia 26 de maio de 2016.

O Primeiro-ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*.

Resolução nº 8/2016 (II Série)**de 2 de junho**

Ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-lei n.º 59/2014, de 4 de novembro; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Fim de comissão

É dada por finda a comissão de serviço de Francisco Angelino Vieira de Carvalho no cargo de Diretor-geral das Comunidades.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos a partir do dia 13 de maio de 2016.

Aprovada em Conselho de Ministros do dia 26 de maio de 2016.

O Primeiro-ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*.

Resolução nº 9/2016 (II Série)**de 2 de junho**

Ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-lei n.º 59/2014, de 4 de novembro; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Fim de comissão

É dada por finda a comissão de serviço de Lamine António Marizús dos Santos Tavares no cargo de Diretor-geral da Solidariedade Social.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos a partir do dia 1 de junho de 2016.

Aprovada em Conselho de Ministros do dia 26 de maio de 2016.

O Primeiro-ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*.

Resolução n.º 10/2016 (II Série)**de 2 de junho**

Ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-lei n.º 59/2014, de 4 de novembro; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Fim de comissão

É dada por finda a comissão de serviço de Pedro Moreno Brito no cargo de Diretor-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Educação e Desporto.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos a partir do dia 12 de maio de 2016.

Aprovada em Conselho de Ministros do dia 26 de maio de 2016.

O Primeiro-ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*.

Resolução n.º 11/2016 (II Série)**de 2 de junho**

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Exoneração

É exonerada Maria de Lourdes Delgado Barros do cargo de Gestora da Unidade de Gestão da Casa do Cidadão.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos a partir do dia 30 de junho de 2016.

Aprovada em Conselho de Ministros do dia 26 de maio de 2016.

O Primeiro-ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*.

Resolução n.º 12/2016 (II Série)**de 2 de junho**

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Exoneração

São exonerados os administradores José Maria Fernandes da Veiga, Elias Monteiro e Emanuel Évora Gomes, enquanto membros da Comissão Executiva do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros de 26 de maio de 2016.

O Primeiro-ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*

Resolução n.º 13/2016 (II Série)**de 2 de junho**

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 19.º da Lei n.º 92/VIII/2015, de 13 de julho; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Exoneração

São exonerados Manuel Nascimento dos Santos Carvalho, Alberto Joséfá Barbosa e Leontina Marísia Ribeiro do cargo de membros do Conselho Diretivo do Instituto de Estradas.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos a partir do dia 1 de junho de 2016.

Aprovada em Conselho de Ministros do dia 26 de maio de 2016.

O Primeiro-ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*.

Resolução n.º 14/2016 (II Série)**de 2 de junho**

Ao abrigo do disposto no artigo 8.º do Decreto-regulamentar n.º 26/2014, de 27 de junho, e no n.º 3 do artigo 18.º da Lei n.º 92/VIII/2015, de 13 de julho; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Nomeação

É nomeado Charles Samson Comlanvi Akibodé, para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Instituto do Património Cultural.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos a partir do dia 27 de maio de 2016.

Aprovada em Conselho de Ministros do dia 26 de maio de 2016.

O Primeiro-ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*.

Resolução n.º 15/2016 (II Série)**de 2 de junho**

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-lei n.º 40/2014, de 11 de agosto; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Nomeação

São nomeados os seguintes membros para integrarem a Comissão Executiva do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS):

- a) José Augusto Fernandes, Presidente da Comissão Executiva;
- b) Orlanda Maria Duarte Santos Ferreira, Administradora Executiva; e
- c) Helena Maria Borges da Silva Mendonça, Administradora Executiva.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros de 26 de maio de 2016.

O Primeiro-ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*

Resolução nº 16/2016 (II Série)

de 2 de junho

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 82.º do Decreto-lei n.º 39/2007, de 12 de novembro; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Nomeação

É nomeado Emanuel Estaline Oliveira Sousa Moreno, Superintendente da Polícia Nacional, para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Diretor Nacional da Polícia Nacional.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos a partir do dia 1 de junho de 2016.

Aprovada em Conselho de Ministros do dia 26 de maio de 2016.

O Primeiro-ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*.

Resolução nº 17/2016 (II Série)

de 2 de junho

Ao abrigo do disposto no 2 do artigo 16.º do Decreto-lei n.º 22/2015, de 8 de abril, conjugado com o artigo 23.º do Decreto-lei n.º 59/2014, de 4 de novembro; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Nomeação

É nomeado Julião Moreira Evangelista Barros, para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Inspetor-geral da Educação, Formação e Ensino Superior.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos a partir do dia 25 de abril de 2016.

Aprovada em Conselho de Ministros do dia 26 de maio de 2016.

O Primeiro-ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*.

Resolução nº 18/2016 (II Série)

de 2 de junho

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º e no artigo 33.º do Decreto-lei n.º 59/2014, de 4 de novembro; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Nomeação

É nomeada Ana Paula Borges da Silva Costa, licenciada em Economia e Gestão, para, em regime de substituição, exercer o cargo de Diretora Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Educação.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos a partir do dia 12 de maio de 2016.

Aprovada em Conselho de Ministros de 26 de maio de 2016.

O Primeiro-ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*.

Resolução nº 19/2016 (II Série)

de 2 de junho

Ao abrigo do disposto no artigo 16.º e na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º, todos do Decreto-lei n.º 35/2007, de 29 de outubro; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Nomeação

É nomeada Mayra Suely Santos Silva Lopes dos Santos, mestre em Gestão e Ciência, para exercer o cargo de Gestora da Unidade de Gestão da Casa do Cidadão.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos a partir do dia 1 de julho de 2016.

Aprovada em Conselho de Ministros do dia 26 de maio de 2016.

O Primeiro-ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*.

Resolução nº 20/2016 (II Série)

de 2 de junho

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-regulamentar n.º 3/2016, de 28 de março, conjugado com o n.º 3 do artigo 18.º da Lei n.º 92/VIII/2015, de 13 de julho; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Nomeação

São nomeados os seguintes membros do Conselho Diretivo do Instituto de Estradas:

- a) Eduardo Monteiro Lopes, no cargo de Presidente do Conselho Diretivo;
- b) José António Silva Salomão, no cargo de Vogal não executivo; e
- c) José Horácio Varela, no cargo de Vogal não executivo.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos a partir do dia 1 de junho de 2016.

Aprovada em Conselho de Ministros do dia 26 de maio de 2016.

O Primeiro-ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*.

CHEFIA DO GOVERNO

Direcção Nacional da Administração Pública

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão da Chefia do Governo

Extracto de despacho nº 652/2016 – De S. Ex^a o Primeiro Ministro:

De 17 de Maio de 2016:

Por urgente conveniência de serviço e nos termos do Decreto-lei nº 56/78, de 15 de julho, conjugado com o artigo 5º e alínea c) do nº 1 do artigo 6º do Decreto-lei nº 49/2014, de 10 de Setembro, e o artigo 97º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de julho, é requisitada Gilvanete Madalene Neves Chantre, jornalista, nível 9, escalão A, da Rádio Televisão Cabo-Verdiana e Inforpress, para, em comissão de serviço, desempenhar as funções de assessora especial de S. Ex^a o Primeiro-Ministro, com efeitos a partir do dia 18 de maio de 2016.

Extracto de despacho nº 653/2016 – De S. Ex^a o Primeiro Ministro:

De 18 de Maio de 2016:

Nos termos do artigo 5º e alínea b) do nº 1 do artigo 6º do Decreto-lei nº 49/2014, de 10 de Setembro, conjugados com o artigo 17º do Decreto-lei nº 9/2013, de 26 de Fevereiro e o artigo 97º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho, é nomeado Carlos Manuel do Canto Sena Monteiro, licenciado em direito, para, em comissão de serviço, desempenhar as funções de conselheiro para a Juventude, de S. Ex^a o Primeiro-Ministro, com efeitos a partir do dia 18 de Maio de 2016.

As despesas resultantes têm cabimento na rubrica 02.01.01.01.01 - pessoal do quadro especial do Gabinete do Primeiro-Ministro.

Extracto de despacho nº 654/2016 – De S. Ex^a o Ministro dos Assuntos Parlamentares, da Presidência do Conselho de Ministros e o Ministro do Desporto:

De 12 de Maio de 2016:

Iolanda Ledo de Pina, pessoal de apoio operacional nível I, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão da Chefia do Governo, concedida licença sem vencimento de curta duração, até noventa dias, nos termos do artigo 46º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, com efeitos a partir de 26 de Agosto de 2016.

Extracto de despacho nº 655/2016 – De S. Ex^a o Ministro dos Assuntos Parlamentares, da Presidência do Conselho de Ministros e o Ministro do Desporto:

De 17 de Maio de 2016:

Adilson da Graça Jesus, técnico nível I, do quadro de pessoal da Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão da Chefia do Governo, concedido licença sem vencimento de curta duração, até sessenta dias, nos termos do artigo 46º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, com efeitos a partir de 24 de Junho de 2016.

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão da Chefia do Governo, na Praia, aos 23 de Maio de 2016. – A Diretora Geral, *Maria Alice Lacerda da Costa*.

Extracto de despacho nº 656/2016 – Do Director Nacional da Administração Pública por subdelegação de competência de S. Ex^a o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 15 de Abril de 2016:

António Tavares, ex-estivador do quadro de pessoal da ENAPOR - aposentado por ter sido declarado definitivamente incapacitado para exercício da sua actividade profissional, de acordo com a opinião da Junta de Saúde Sotavento, emitido em sessão de 14 de Julho de 2011 e homologado por despacho do Ministro da Saúde de 25 de Julho de 2012, nos termos da alínea a), nº 2 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro com direito à pensão provisória anual de 72.000\$00 (setenta e dois mil escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 12 anos e 5 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 29 de Março de 2016 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 11 anos, 11 meses e 20 dias.

O montante em dívida no valor de 129.300\$00 (cento e vinte e nove mil e trezentos escudos), poderá ser amortizado em 216 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 300\$00 e as restantes de 600\$00.

Extracto de despacho nº 657/2016 – Do Director Nacional da Administração Pública por subdelegação de competência de S. Ex^a o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 15 de Abril de 2016:

João de Melo, jardineiro do quadro de pessoal do Ministério da Saúde – aposentado nos termos da alínea b) nº 2 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 210.588\$00 (duzentos e dez mil quinhentos e oitenta e oito escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 29 anos e 10 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 31 de Agosto de 2015 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 28 anos, 9 meses.

O montante em dívida no valor de 310.500\$00 (trezentos e dez mil e quinhentos escudos), poderá ser amortizado em 347 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 830\$00 e as restantes de 895\$00.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 13 de Maio de 2016).

Extracto de despacho nº 658/2016 – Do Director Nacional da Administração Pública por subdelegação de competência de S. Ex^a o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 20 de Maio de 2016:

Arlinda Lopes Fortes Silva Medina, professora do ensino secundário referência 9, escalão E, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desporto – exercendo a função de Deputada da Nação, aposentada nos termos do nº 3, do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 76º do Decreto-Legislativo nº 69/2015, de 12 de Dezembro de 2015, com direito à pensão provisória anual de 1.632.000\$00 um milhão seiscentos e trinta e dois mil escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Extracto de despacho nº 659/2016 – Do Director Nacional da Administração Pública por subdelegação de competência de S. Ex^a o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 30 de Maio de 2016:

Maria de Fátima Borges Moreno, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Elias Monteiro que foi ex-trabalhador, aposentado, falecido a 7 de Dezembro de 2015, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º, e 70º nº 1 alínea *d*) da Lei nº 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a seu favor no valor anual de 44.640\$00 (quarenta e quatro mil, seiscentos e quarenta escudos), conforme a discriminação seguinte:

Viúva 44.640\$00

Este despacho produz efeitos a partir de 7 de Dezembro de 2015 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extracto de despacho nº 660/2016 – Do Director Nacional da Administração Pública por subdelegação de competência de S. Ex^a o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 30 de Maio de 2016:

Faustina Maria Fortes Faria, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Maximiano Maria Mercêdes Faria, agente principal, aposentado, falecido a 17 de Janeiro de 2016, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º, e 70º nº 1 alínea *d*) da Lei nº 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a seu favor no valor anual de 370.992 (trezentos e setenta mil, novecentos e noventa e dois escudos), conforme a discriminação seguinte:

Viúva 370.992\$00

Este despacho produz efeitos a partir de 17 de Janeiro de 2016 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 20 de Maio de 2016)

As despesas têm cabimento no Capítulo, 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

Rectificação nº 79/2016

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* nº 17/2014, II Série, de 21 de Março, o extracto de despacho da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência da S. Ex^a o Secretário do Estado da Administração Pública, respeitante a aposentação de Cecílio Tavares Varela Moniz, ex-escriturário-dactilógrafo de 1ª classe, rectifica-se na parte que interessa:

Onde se lê:

Por despacho de 7 de Novembro de 2013 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 4 anos, 9 meses.

O montante em dívida no valor de 33.938\$00 (trinta e três mil, novecentos e trinta e oito escudos), poderá ser amortizado em 60 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 544\$00 e as restantes de 566\$00.

Deve suprimir-se.

Rectificação nº 80/2016

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* nº 50 de 15 de Outubro de 2015, o extracto do despacho do Director Nacional da Administração Pública, por subdelegação de competência da S. Ex^a o Secretário do Estado da Administração Pública, respeitante a aposentação de Maria Helena Cabral Almada, professora do ensino básico principal do quadro do Ministério da Educação e Desporto, rectifica-se na parte que interessa:

Onde se lê:

Por despacho de 20 de Março de 2015 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 6 anos, 8 meses e 8 dias.

O montante em dívida no valor de 108.519\$00 (cento e oito mil quinhentos e dezanove escudos), poderá ser amortizado em 21 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 5.159\$00 e as restantes de 5.168\$00.

Deve-se ler:

O montante em dívida no valor de 103.519\$00 (cento e três mil quinhentos e dezanove escudos), poderá ser amortizado em 60 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.788\$00 e as restantes de 1.809\$00.

Rectificação nº 81/2016

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* nº 25 de 24 de Maio de 2016, o extracto do despacho do Director Nacional da Administração Pública, por subdelegação de competência da S. Ex^a o Secretário do Estado da Administração Pública, respeitante a aposentação de Maria Filomena Moreira Barreto Semedo, professora do ensino secundário nível III I do quadro do Ministério da Educação e Desporto, rectifica-se na parte que interessa:

Onde se lê:

Por despacho de 26 de Maio de 2015 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 3 anos, 11 meses e 8 dias.

O montante em dívida no valor de 113.024\$00 (cento e treze mil e vinte quatro escudos), poderá ser amortizado em 21 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 4.604\$00 e as restantes de 5.421\$00.

Deve se ler:

Por despacho de 26 de Maio de 2015 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 2 anos, 7 meses e 24 dias.

O montante em dívida no valor de 78.376\$00 (setenta e oito mil trezentos e setenta e seis escudos), poderá ser amortizado em 24 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 3.258\$00 e as restantes de 3.266\$00.

Direcção Nacional da Administração Pública, na Praia, aos 24 de Maio de 2016. – O Director Nacional, *Gerson Soares*.

—oço—

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto do despacho nº 661/2016 – De S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 16 de Maio de 2016:

Mirza Margarida Brito Mariano Antunes, licenciada em relações internacionais, é nomeada em comissão de serviço para exercer o cargo de assessora do Ministro das Finanças, nos termos do artigo 5º e alínea *d*) do nº 1 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 49/2014, de 10 de Setembro, conjugados com os artigos 96º e 97º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho.

O presente despacho produz efeitos a partir de 25 de Abril de 2016.

Extracto do despacho n.º 662/2016 – De S. Ex.ª o Ministro das Finanças:

De 16 de Maio de 2016:

Milton Nascimento de Sena Paiva, Licenciado em Direito e Mestre em Administração Internacional, é nomeado em comissão de serviço para exercer o cargo de Assessor do Ministro das Finanças, nos termos do artigo 5.º e alínea *d*) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 49/2014, de 10 de Setembro, conjugados com os artigos 96.º e 97.º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de Julho.

O presente despacho produz efeitos a partir de 22 de Abril de 2016.

Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério das Finanças, na Praia, aos 24 de Maio de 2016. – Directora Geral, *Jessica Sancha*

Direcção Nacional de Receitas do Estado

Despacho n.º 4/2016

Considerando o n.º 5 do artigo 59.º do Regime de Inspeção Tributária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 41/2015, de 27 de Agosto, e convido agilizar o procedimento de inspeção tributária no que tange a homologação das decisões do relatório de inspeção, e tendo ainda em conta a alínea *e*) do n.º 5 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 21/2015, de 27 de Março, que estabelece a estrutura e organização e as normas de funcionamento do Ministério das Finanças, determino o seguinte:

- No uso da faculdade que me é conferida pelo n.º 5 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 41/2015, de 27 de Agosto de 2015, delego a competência de homologação dos relatórios de inspeção tributária na pessoa da Directora Nacional Adjunta para área tributária;
- Relativamente aos processos de inspeção tributária cujo valor liquidado não ultrapasse 10.000.000\$00 (dez milhões de escudos), delego nos Chefes das Repartições de Finanças Concelhias respectivas;
- Os despachos proferidos ao abrigo da competência delegada sempre fazer menção deste facto;
- A entidade delegada informará regularmente a entidade delegante dos actos praticados ao abrigo da presente delegação de competências.

Publique-se

Direcção Nacional de Receitas do Estado, aos 24 de Maio de 2016. – O Director Nacional, *Pedro Correia*

—o§o—

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E EMPREGO E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Gabinete de ex-Ministro do Turismo,
Indústria e Energia e ex-Ministra
das Finanças e do Planeamento

Despacho conjunto n.º 10/2016

Tendo,

A sociedade Unipessoal, “RESTAURANTE PANORAMA”, requerido o Estatuto de Utilidade Turística de Funcionamento a favor do projecto turístico denominado “ESPLANADA MORABEZA”, instalado no Plateau, ilha de Santiago – Cabo Verde.

- Tratando-se de um investimento realizado na ordem dos 18.643.840\$00 (dezoito milhões, seiscentos e quarenta e três mil, oitocentos e quarenta escudos) e que contribui de forma significativa para a criação de emprego e aumento do rendimento das famílias;
- Sendo um investimento que contribuiu para a melhoria da oferta dos serviços de restauração e animação turística na cidade da Praia e na ilha do Santiago;
- E porque o promotor do projecto cumpriu com todos os requisitos que nortearam a atribuição do Estatuto de Utilidade Turística de Instalação.

Decidimos,

Atribuir o Estatuto de Utilidade Turística de Funcionamento, ao empreendimento turístico denominado “ESPLANADA MORABEZA”, nos termos dos números 2 e 4 do artigo 2.º da Lei n.º 55/VI/2005, de 10 de Janeiro, com efeito a partir do início das actividades.

Gabinete dos ex-Ministros do Turismo, Indústria e Energia, e das Finanças e do Planeamento, na Praia, aos 30 de Janeiro de 2014. – Os ex-Ministros, *Humberto Santos de Brito* e *Cristina Duarte*

—o§o—

MINISTÉRIO DA SAÚDE E DA SEGURANÇA SOCIAL

Direcção-Geral do Planeamento,
Orçamento e Gestão

Extracto do despacho n.º 663/2016 – De S. Ex.ª o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 20 de Maio de 2016:

Cátia Sofia Silva Além Costa, médica geral, escalão III, índice 110, do quadro do pessoal do Ministério da Saúde, concedida licença sem vencimento para formação, prorrogada a referida licença por mais 1 (um) ano, ao abrigo do artigo 44.º e seguintes, do Decreto-lei n.º 3/2010, de 8 de Março, com efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2016.

Rectificação n.º 82/2016

Por erro da Administração, foi publicada de forma inexacta no *Boletim Oficial*, n.º 16/2016, II Série de 14 de Abril de 2016, referente a concessão de licença sem vencimento da enfermeira Maria de Livramento de Pina Spencer Silva, pelo novamente se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

...licença para formação ao abrigo do disposto no artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março;

Deve ler-se:

...licença sem vencimento até 90 (noventa) dias, ao abrigo do disposto no artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março.

Direcção Geral do Orçamento Planeamento e Gestão do Ministério da Saúde, na Praia, aos 27 de Maio de 2016. – A Directora Geral, *Serafina Alves*

—o§o—

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E AMBIENTE

Direcção-Geral do Planeamento,
Orçamento e Gestão

Extracto de despacho n.º 664/2016 – De S. Ex.ª o Ministro da Agricultura e Ambiente:

De 13 de Maio de 2016:

Alberto Salazar da Silva, técnico sénior nível II, quadro definitivo da Direcção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e Ambiente, na situação de licença sem vencimento desde Junho de 2015, por período de 1 (um) ano, nos termos do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março é prorrogada a referida licença por mais 1 (um) ano, com efeitos a partir de 4 de Junho de 2016.

Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Financeira e Patrimonial do Ministério da Agricultura e Ambiente, na Praia, aos 20 de Maio de 2016. – A Directora de Serviço, *Iara Anancy Abreu Gonçalves Fernandes*.

PARTE D**CONSELHO SUPERIOR
DA MAGISTRATURA JUDICIAL****Secretaria**

Despacho da Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial - Por delegação de competências:

De 10 de Maio de 2016:

Carlos Alexandre Monteiro Reis, Juiz de Direito de 2ª classe, do quadro da Magistratura Judicial, exonerado, a seu pedido, do referido cargo.

Ass. a Presidente – *Maria Teresa Évora Barros*

Está conforme

Extracto de deliberação nº 38/2016 – Do Conselho Superior da Magistratura Judicial

De 27 de Maio de 2016

Adérito Varela Fortes, Secretário Judicial, ora colocado no Tribunal da Comarca de Santa Catarina, destacado para o exercício do cargo no Tribunal da Comarca de São Filipe-Fogo, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2016, ao abrigo do previsto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 54/2009, de 7 de Dezembro, aplicável por força do preceituado no artigo 51º do Decreto-Lei nº 13/2006, de 13 de Fevereiro, que aprovou o Estatuto do Pessoal Oficial de Justiça.

Está conforme.

Extracto de deliberação nº 39/2016 – Do Conselho Superior da Magistratura Judicial

De 27 de Maio de 2016

Fica revogada a deliberação nº 32/2016, de 29 de Abril de 2016, publicada no *Boletim Oficial* nº 21 II Série, de 6 de Maio, que deu

por findo o destacamento do Dr. Amândio Honório Brito, Juiz de Direito de 2ª Classe, em regime de acumulação, no Tribunal da Comarca de Santa Cruz.

Ass.) *Maria Teresa Évora Barros* - Presidente

Está Conforme.

Secretaria do Conselho Superior da Magistratura Judicial, aos 27 de Maio de 2016. – O Secretário, *Joaquim Semedo*.

—oço—

TRIBUNAL DE CONTAS**Direcção dos Serviços Administrativos
e Financeiros**

Extracto de despacho nº 665/2016 – De S. Ex.ª o Presidente do Tribunal de Contas:

De 24 de Maio de 2016:

Rosa Iolanda Carvalho Silva Fortes, auditora sénior nível II de nomeação definitiva no quadro de pessoal do Tribunal de Contas, autorizado a reingressar ao quadro de origem ao abrigo do artigo 63º conjugado com os números 3º e 4º do artigo 46º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março.

Os encargos correspondentes com esse reingresso serão suportados por conta da verba inscrita no orçamento em execução do Tribunal de Contas, sob a rubrica 02.01.01.01.02 – pessoal do quadro – (Isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 14º, alínea q) da Lei nº 84/IV/93, de 12 de Julho).

Direcção dos Serviços Administrativos e Financeiros do Tribunal de Contas, na Praia, aos 24 de Maio de 2016. – A Directora, *Marta Moreira Lopes Neves*.

PARTE E**IMPrensa NACIONAL DE CABO VERDE, SA****Assembleia Geral****Deliberação nº 2/2016**

Aos vinte e seis dias do mês de Maio de 2016, de acordo com a vontade expressa pelo Estado, devidamente representado pelo Sr. Diretor Geral do Tesouro, Dr. José Carlos Tavares, nos termos do nº 1 do artigo 13º da Lei nº 104/VIII/2016, de 6 de Janeiro que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao Sector Público Empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas, na qualidade de detentor de 100% do capital social da social da INCV, S.A. Imprensa Nacional de Cabo Verde SA., com sede na Cidade da Praia, Achada Grande, Cabo-Verde, com um Capital Social de 130.000.000\$00 (cento e trinta milhões de escudos) e registada na Conservatória do Registo Comercial da Praia sob o nº 2291/2007/03/28 e Contribuinte nº 200122509 ao abrigo do artigo 152º do Código das Empresas Comerciais, é tomada a seguinte deliberação unânime por escrito:

Considerando que:

- i Nos termos da alínea h) do 11º dos Estatutos da INCV, SA compete à Assembleia Geral da sociedade eleger a mesa da Assembleia geral, os membros do Conselho de Administração e os membros dos órgãos de Fiscalização;
- ii A alínea j) do artigo 11º estipula que é da alçada da Assembleia Geral deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais, podendo para o efeito, designar uma comissão de fixação de remunerações nos termos do Estatuto dos Gestor Público e de demais legislação aplicável;

Posto isto e levando em devida consideração o rigor, a substância e a relevância do espírito do legislador e do acionista Estado constantes nos:

- a) Artigos, 17º, 27º e 29º do Decreto-Lei nº 6/2010, de 22 de Março que estabelece o Estatuto de Gestor Público; e
- b) Artigos nºs 21º, 26º e 57º da Lei nº 104/VIII/2016, de 6 de Janeiro que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao Sector Público Empresarial, incluindo as bases gerais dos estatutos das empresas públicas conjugados com o nº 4 do artigo 17º da mesma Lei.

Assim, ao abrigo do disposto no nº 5 do artigo 13º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 6/2010, de 22 de Março:

I. Proceder à eleição Conselho de Administração da INCV para exercerem as funções por um período de 3 (três) anos, triénio 2016-2018, passando a ser composto pelos seguintes membros dos quais as suas remunerações serão revistas oportunamente em sede da Assembleia Geral, nos termos do Código das Empresas Comerciais, Estatuto do Gestor Público, seus Estatutos e demais legislações aplicáveis:

I Conselho de Administração

- i Presidente do Conselho Administração: Engª Clotilde Fortes Tiene Monteiro;
- ii. Administrador Executivo: Dr. Miguel Ho Chi Minh Almeida Pires Miranda Semedo;
- iii. Administrador Não Executivo: Dr. Vitalzinho Vieira Landim.

A presente deliberação, sem prejuízo da sua imediata comprovação através deste instrumento onde se encontra exarada, deverá ser transcrita ao livro de atas da Assembleia Geral da Sociedade nos termos do nº 4 do artigo 154º do Código das Empresas Comerciais, sendo assinada pelo representante do acionista único, acima identificado.

O Representante do accionista Estado, *José Carlos Tavares*

PARTE G**MUNICÍPIO DO TARRAFAL DE SANTIAGO****Câmara Municipal**

Extracto de deliberação nº 18/2016 – Da Câmara Municipal do Tarrafal de Santiago:

De 9 de Outubro de 2015:

Isabel Mendes Cabral Almeida, Sara Leny Pereira da Costa e Idelmira Augusta Furtado Lopes contratadas, para exercerem o cargo de assistente técnico nível I, da Câmara Municipal do Tarrafal de Santiago, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea *d*) do nº 2 do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, do nº 3 do artigo 4º, nº 3 do artigo 6º, alínea *b*) do nº 1 do artigo 62º alínea *a*) do nº 1 e 2 do artigo 64º e 66º todos do Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de Fevereiro de 2013.

As despesas tem cabimento no código 02.01.01.01.03, rubricas Secretaria Municipal e Direcção de Turismo, Actividades Económicas e Sociais, respectivamente, do Orçamento Municipal vigente.

Extracto de deliberação nº 19/2016 – Da Câmara Municipal do Tarrafal de Santiago:

De 9 de Outubro de 2015:

Francisco Cabral Sanches, Marlila Soares Fernandes, Neusa Maria do Espírito Santos Monteiro Mendes e Lurdzivete Correia Miranda, contratadas para exercerem o cargo de apoio operacional nível IV, na Câmara Municipal do Tarrafal de Santiago ao abrigo das disposições conjugadas da alínea *d*) do nº 2 do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, do nº 3 do artigo 4º nº 3 do artigo 6º, alínea *a*) do nº 1 do artigo 62º, alínea *d*) do nº 1 e 5 do artigo 63º e 66º todos do Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de Fevereiro de 2013.

As despesas tem cabimento no código 02.01.01.01.03, rubricas Secretaria Municipal, Direcção de Turismo, Actividades Económicas e Sociais e Direcção de Fiscalização e Cobrança Coerciva, respectivamente, do Orçamento Municipal vigente.

Extracto de deliberação nº 20/2016 – Da Câmara Municipal do Tarrafal de Santiago:

De 9 de Outubro de 2015:

Manuel de Jesus da Lomba Monteiro, apoio operacional nível V do quadro de pessoal da Câmara Municipal do Tarrafal de Santiago, candidato aprovado em concurso interno, contratado para exercer o cargo de assistente técnico nível I, no quadro de pessoal ao abrigo das disposições conjugadas da alínea *d*) do nº 2 do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, do nº 3 do artigo 4º, nº 3 do artigo 6º, alínea *b*) do nº 1 do artigo 62º alínea *a*) do nº 1 e nº 2 do artigo 64º e 66º todos do Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de Fevereiro de 2013.

A despesa tem cabimento no código 02.01.01.01.03, rubricas Secretaria Municipal, do Orçamento Municipal vigente.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 12 de Maio de 2016).

Extracto de deliberação nº 21/2016 – Da Câmara Municipal do Tarrafal de Santiago:

De 9 de Outubro de 2015:

Eveline Nair dos Santos Soares Tavares, José Manuel Soares Tavares, Ederlindo Jorge Gomes Mendes Costa, Mário Mendes Tavares, Lúcio Almeida Mendes, Délcia Helena Fernandes Fait e Maria Indira Barros Varela, candidatos aprovados em concurso público, recrutados em regime de nomeação para desempenharem as funções de técnico nível I, na Câmara Municipal do Tarrafal, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea *d*) do nº 2 do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, do nº 2 do artigo 4º, nº 2 do artigo 6º e o nºs 1 e 2 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de Fevereiro de 2013.

As despesas tem cabimento no código 02.01.01.01.02, rubricas Secretaria Municipal, Gabinete Técnico Municipal, Direcção de Turismo, Actividades Económicas e Sociais e Direcção de Fiscalização e Cobrança Coerciva, respectivamente, do Orçamento Municipal vigente. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 16 de Maio de 2016).

Câmara Municipal do Tarrafal de Santiago, aos 19 de Maio de 2016. – O Assessor, *José Rui Monteiro Lopes*.



II SÉRIE
**BOLETIM
OFICIAL**

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE

PARTE J

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação:

Extracto de publicação de associação nº 197/2016:

Certifica uma associação sem fins lucrativos denominada “ASSOCIAÇÃO DE PECUÁRIOS DE SÃO PEDRO” abreviadamente “APSP” 116

Extracto de publicação de sociedade nº 198/2016:

Certifica que se encontra exarado um registo de averbamento de alteração do nome do sócio da sociedade comercial por quotas denominada “INCENEA CV – TECNOLOGIA DE GESTÃO, LDA” 116

Extracto de publicação de sociedade nº 199/2016:

Certifica a alteração do objecto social do pacto social da sociedade “FATUDA & FATUDA – Remodelações e Pintura, Sociedade Unipessoal Limitada”. 117

Extracto de publicação de associação nº 200/2016:

Certifica que foi constituída nesta Conservatória sob o nº 108/2015.12.16, uma associação sem fins lucrativos denominada “ASSOCIAÇÃO JOVENS UNIDOS PRO – PALMEIRA” com sede em Palmeira, Ilha do Sal..... 117

Extracto de publicação de sociedade nº 201/2016:

Certifica o registo de averbamento duma alteração do pacto social referente à sociedade denominada “TROPICAL MANAGEMENT – GESTÃO HOTELEIRA, LDA”, matriculada nesta Conservatória sob o n.º 19439/2011.07.04..... 117

Extracto de publicação de sociedade nº 202/2016:

Certifica o registo de alteração do pacto social referente à sociedade comercial por quotas denominada “Art. & Gráfica do Sal, Lda.”, matriculada na Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e automóvel do Sal, sob o nº 21498/2012.06.21..... 117

Extracto de publicação de sociedade nº 203/2016:

Certifica o registo de alteração do pacto social referente à sociedade comercial por quotas denominada “MEDLAB – Sociedade Unipessoal, Lda.”, matriculada na Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóvel do Sal, sob o nº 22588/2013.04.22. 118

Extracto de publicação de associação nº 204/2016:

Certifica que foi constituída nesta Conservatória sob o nº 88/2013.10.03, uma associação sem fins lucrativos denominada “ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ-FAMÍLIA” com sede em Espargos, Ilha do Sal. 118

Extracto de publicação de sociedade nº 205/2016:

Certifica para efeito de publicação, um registo de renúncia do cargo de administrador da sociedade comercial anónima denominada “Tecnivil Hotels & Resorts, S. A.”, matriculada na Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóvel do Sal, sob o n.º 2282/2010.10.22. 118

Extracto de publicação de sociedade nº 206/2016:

Certifica para efeito de publicação, o registo de constituição duma sucursal denominada “T.S.A. – TÉCNICA SUBMARINA AVANÇADA, LDA. – SUCURSAL DE CABO VERDE, LDA”, matriculada na Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóvel do Sal, sob o n.º 2782/2016.04.26. 118

CV MARINE SHIPPING, S.A.:**Assembleia Geral:****Convocatória nº 8/2016:**

Convocando a assembleia geral extraordinária da “CV MARINE SHIPPING, S.A.”, para se reunir na sua sede social em Mindelo, São Vicente, no próximo dia 27 de Junho de 2016. 119

CABO VERDE TELECOM, S.A.:**Assembleia Geral:****Convocatória nº 9/2016:**

Convocando os senhores acionistas para a assembleia geral ordinária a realizar-se no dia 27 de junho de 2016, pelas 10H00 no Hotel Pestana Trópico, na cidade da Praia. 119

PARTE J**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA****Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação****Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia****Extracto de publicação de associação nº 197/2016:**

A CONSERVADORA P/S: JOSELENE SAFIRA DO SOUTO
ANDRADE GOMES MORENO

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo e nos termos do disposto na alínea b) do número 1 do artigo 9.º, da Lei número 25/VI/2003, de 21 de Julho, foi constituída uma associação sem fins lucrativos denominada “ASSOCIAÇÃO DE PECUÁRIOS DE SÃO PEDRO” abreviadamente “APSP”, com sede em São Pedro, cidade da Praia, de duração indeterminada, com o património inicial de vinte e cinco mil escudos, tendo por finalidade:

- a) Defender os interesses da APSP;
- b) Representar e defender os interesses comuns dos seus membros;
- c) Zelar pela solidariedade dos seus membros;
- d) Promover intercâmbio com outras organizações e associações existentes em Cabo Verde;
- e) Estabelecer cooperações com organismos oficiais do Estado, autarquias nacionais e internacionais;
- f) Produzir e divulgar informações sobre as actividades da APSP.

CONSELHO DE DIRECÇÃO:

Nome: Ricardo Mota Ramos.

Cargo: Presidente.

Nome: Robert Pagning.

Cargo: Vice-Presidente.

Nome: Luís Tavares Varela.

Cargo: Secretário.

Duração Mandato: 6 meses renováveis.

Forma de Obrigar: Obriga-se com a assinatura do Vice-Presidente.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, aos 18 de Abril de 2016. – A Conservadora P/S, *Joselene Safira do Souto Andrade Gomes Moreno*.

Extracto de publicação de sociedade nº 198/2016:

A CONSERVADORA P/S: JOSELENE SAFIRA DO SOUTO
ANDRADE GOMES MORENO

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de averbamento de alteração do nome do sócio da sociedade comercial por quotas denominada “INCENEA CV – TECNOLOGIA DE GESTÃO, LDA” com sede em Achada Santo António, Bloco E – 3º Esquerdo, Cidade da Praia, e o capital social de 2.500.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 2563/2007/10/09.

TERMO DE ALTERAÇÃO:**SOCIOS E QUOTAS:**

Nome: Incenea Internacional, S.A., com sede na rua das Oliveiras, nº 51-A, Marrazes, 2415 – 456, Leiria – Portugal.

Quota: 1.562.500\$00.

Nome: Incenea Internacional, S.A., com sede na rua das Oliveiras, nº 51-A, Marrazes, 2415 – 456, Leiria – Portugal.

Quota: 937.500\$00.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, aos 5 de Abril de 2016. – A Conservadora P/S, *Joselene Safira do Souto Andrade Gomes Moreno*.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel de São Vicente**Extracto de publicação de sociedade nº 199/2016:****CERTIFICA**

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída da matrícula e inscrições em vigor nº 1570 – FATUDA & FATUDA – Remodelações e Pintura, Sociedade Unipessoal Limitada;
- c) Que foi requerida sob a apresentação nº 2 do diário do dia 21 de Abril do corrente, Por José Fatuda;
- d) Que ocupa uma folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva aposta o selo branco em uso nesta Conservatória.

Validade: 9 de Maio de 2017 – Artigo 129º, nº 2 – Decreto-Lei nº 10/2010, de 29 de Março – I Série *Boletim Oficial* nº 20, de 24 de Maio.

(Decreto-Lei nº 70/2009, de 30/12/2009 - 3º Suplemento, I Série – *Boletim Oficial* nº 49).

CONTA Nº 368/16

Artº 22.11.2 200\$00

Total 200\$00

15% Selo 200\$00

Total 400\$00

São: (Quatrocentos escudos)

Alteração do artigo 3º (objecto social) do pacto social da sociedade “Fatuda & Fatuda – Remodelações e Pintura, Sociedade Unipessoal Limitada” matriculada sob o nº 1570.

Artigo 3º

Construção civil, remodelação, pintura, escavação, comércio geral de materiais de construção civil e representação.

Foi depositado na pasta respectiva o texto actualizado do contrato.

Esta conforme o original.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, aos 9 de Maio de 2016. – O Conservador, *Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva*.

Conservatória do Registos Civil, Predial, Comercial e Automóvel do Sal**Extracto de publicação de associação nº 200/2016:**

A CONSERVADORA, FRANCISCA TEODORA LOPES.

EXTRACTO

Certifico, para efeito de publicação nos termos do disposto na alínea b) do número um do artigo nono da lei número vinte e cinco barra seis romano barra dois mil e três, de vinte e um de Julho, que foi constituída nesta Conservatória sob o nº 108/2015.12.16, uma associação sem fins lucrativos denominada “ASSOCIAÇÃO JOVENS UNIDOS PRO - PALMEIRA” com sede em Palmeira, Ilha do Sal, com o património inicial de 60.000\$00 (sessenta mil escudos), que tem por fins:

Proporcionar aos jovens actividades, palestras, nova forma de ver a vida para ter jovens saudáveis para uma nova Palmeira; Trabalhar com crianças, adolescentes, jovens, homens de amanhã e desenvolver actividades que visam a promoção e o desenvolvimento da localidade de Palmeira, em particular, e do Sal, em geral e a melhoria de qualidade de vida dos seus habitantes através das acções ligadas:

- a) Promoção de actividades económicas e geradoras de rendimento para a população mais carente;
- b) Às actividades sócio – culturais, de saúde e promoção;

c) Promoção do emprego e auto-emprego;

d) Á educação, cultura e desportos;

e) Habitação, urbanismo e equipamentos sócio – culturais e comunitários;

f) Á protecção do meio ambiente e biodiversidade;

g) Á protecção do património histórico-cultural da ilha;

h) Ao desenvolvimento da prática e do espírito de solidariedade a ajuda mútua;

i) Ao desenvolvimento de actividades de valorização dos recursos locais.

A associação é representada perante terceiros pela Direcção.

Conta nº 1375/2015.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe do Sal, aos 31 de Dezembro de 2015. – A Conservadora, *Francisca Teodora Lopes*.

Extracto de publicação de sociedade nº 201/2016:

O CONSERVADOR/ADJUNTO: CARLOS GREGÓRIO GONÇALVES

EXTRACTO

Certifico, para efeito de publicação, que a presente fotocópia composta de uma folha está conforme o original na qual foi feito um averbamento duma alteração do pacto social referente à sociedade denominada “TROPICAL MANAGEMENT – GESTÃO HOTELEIRA, LDA”, matriculada nesta Conservatória sob o n.º 19439/2011.07.04, passando o artigo 3º a ter a seguinte redacção:

Artigo 3º**(Objecto)**

A sociedade tem por objecto exploração turística – administração de empreendimentos turísticos.

Conta nº 184/2016.

Conservatória dos Registos da Região de Primeira Classe do Sal, aos 23 de Março de 2016. – A Conservadora, *Carlos Gregório Gonçalves*

Extracto de publicação de sociedade nº 202/2016:

O CONSERVADOR/ADJUNTO: CARLOS GREGÓRIO GONÇALVES

EXTRACTO

Certifico, para efeito de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, encontra-se exarado o registo de alteração do pacto social referente à sociedade comercial por quotas denominada “ART. & GRÁFICA DO SAL, LDA”, matriculada na Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e automóvel do Sal, sob o nº 21498/2012.06.21.

Em consequência alteram os artigos 1º e 4º, do pacto social que passam a ter as seguintes redacções:

Termos da alteração:

Artigo 1º**(Firma)**

1º A sociedade adopta a firma “ART & GRÁFICA DO SAL, LDA”, doravante designado apenas “Sociedade”;

2. (...).

Artigo 4.º

(Capital)

1. O capital social é de 1.000.000\$00 (Um milhão de escudos CV), totalmente subscrito e realizado em dinheiro, valor pertencentes aos sócios:

- a) Francisco Henrique Silos de Brito, com uma quota com valor nominal de 500.000\$00 (quinhentos mil escudos CV), correspondente a 50% do capital social realizado; e
- b) Albertina Ramos da Luz Silos de Brito, uma quota com valor nominal de 500.000\$00 (quinhentos mil escudos CV), correspondente a 50% do capital social realizado.

2. Os sócios declaram de que o capital já está a disposição da empresa.

Conta n.º 193/2016

Conservatória dos Registos da Região de Primeira Classe do Sal, aos 28 de Março de 2016. – A Conservadora, *Carlos Gregório Gonçalves*.

Extracto de publicação de sociedade n.º 203/2016:

O CONSERVADOR/ADJUNTO: CARLOS GREGÓRIO GONÇALVES

EXTRACTO

Certifico, para efeito de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, encontra-se exarado o registo de alteração do pacto social referente à sociedade comercial por quotas denominada “MEDLAB – Sociedade Unipessoal, Lda”, matriculada na Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóvel do Sal, sob o n.º 22588/2013.04.22.

Em consequência alteram os artigos 1.º e 4.º, do pacto social que passam a ter as seguintes redacções:

Termos da alteração:

Artigo 1.º

(Firma)

1. A sociedade adopta a firma “MEDLAB – Sociedade Unipessoal, Lda.”;
2. (...).

Artigo 4.º

(Capital)

1. O capital social é de 200.000\$00 (duzentos mil escudos), totalmente subscrito e realizado em dinheiro, correspondendo valor pertencente a sócia Helga Jussara David Baptista de Pina.

2. (...).

Conta n.º 340 / 2016

Conservatória dos Registos da Região de Primeira Classe do Sal, aos 26 de Abril de 2016. – A Conservadora, *Carlos Gregório Gonçalves*.

Extracto de publicação de associação n.º 204/2016:

A CONSERVADORA, FRANCISCA TEODORA LOPES.

EXTRACTO

Certifico, para efeito de publicação nos termos do disposto na alínea b) do número um do artigo nono da lei número vinte e cinco barra seis romano barra dois mil e três, de vinte e um de Julho, que foi constituída nesta Conservatória sob o n.º 88/2013.10.03, uma associação sem fins lucrativos denominada “ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ-FAMILIA” com sede em Espargos, Ilha do Sal, de duração por tempo indeterminado, com o património inicial de 17.500\$00 (dezassete mil e quinhentos escudos), que tem por fins:

1. Criar planos e apresentar eventos de largas dimensões no domínio de desenvolvimento socioeconómico, educacional, desportivo e cultural no nosso território;

2. Desenvolver todas as actividades adequadas a tal fim e nomeadamente:

- a) Acções de carácter social, para o desenvolvimento sustentável da comunidade Salense;
- b) Acções de recolha e apresentação das necessidades da população;
- c) Recolher e coligir elementos e elaborar estudos sobre a família;
- d) Divulgar os resultados dos estudos e análises da associação, bem como executar-lhes á disposição pública;
- e) Promover e participar nas reuniões e encontros para debates e resoluções de problemas relacionado com o seu objecto e actividade;
- f) Colaborar em geral com entidades nacional, internacional ou estrangeiras que prossigam fins análogos ou que, pela sua natureza, possam apoiar as acções desenvolvidas pela associação, filiando-se, se necessário, em organizações congéneres, nomeadamente mantendo uma relação estreita com a associação ou associações que mostrarem interessados, conveniente ou necessários;
- g) Exercer quaisquer outras atribuições deliberadas pelos associados ou conferidas pelas aplicações internas da associação.

A associação é representada perante terceiros pelo presidente da Direcção.

Conta n.º 938/2013

Conservatória dos Registos da Região de Primeira Classe do Sal, aos 26 de Abril de 2016. – A Conservadora, *Francisca Teodora Lopes*.

Extracto de publicação de sociedade n.º 205/2016:

O CONSERVADOR/ADJUNTO: CARLOS GREGÓRIO GONÇALVES

EXTRACTO

Certifico, para efeito de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, encontra-se exarado um registo de renúncia do cargo de administrador da sociedade comercial anónima denominada “Tecnical Hotels & Resorts, S. A.”, matriculada na Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóvel do Sal, sob o n.º 2282/2010.10.22.

Renúncia do cargo do Administrador, Olavo Avelino Garcia Correia, com efeitos a partir de 22 de Abril de 2016.

Conta n.º 395 / 2016

Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóvel do Sal, aos 10 de Maio de 2016. – O Conservador-Adjunto, *Carlos Gregório Gonçalves*.

Extracto de publicação de sociedade n.º 206/2016:

O CONSERVADOR/ADJUNTO: CARLOS GREGÓRIO GONÇALVES

EXTRACTO

Certifico, para efeito de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, encontra-se exarado o registo de constituição duma sucursal denominada “T.S.A. – TÉCNICA SUBMARINA AVANÇADA, LDA. – SUCURSAL DE CABO VERDE.”, LDA., matriculada na Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóvel do Sal, sob o n.º 2782/2016.04.26.

CONTRATO DE SOCIEDADE

FIRMA: “T.S.A. – TÉCNICA SUBMARINA AVANÇADA, LDA.”

NACIONALIDADE: Portuguesa.

SEDE: Rua Proj. à Rua Cidade de Almada, Pav. 8, Parq. Ind. Vale Rosal, Vale Fetal, Charneca de Caparica.

Distrito: Setúbal, Concelho: Almada, Freguesia: Charneca de Caparica e Sobreda.

NIPC: 501820116.

OBJECTO: execução de trabalhos subaquáticos nomeadamente: corte e soldadura submarina; colocação de blocos, regularização de fundos, recuperação de embarcações, inspeção e filmagens submarinas, colocação de emissários.

CAPITAL: 29.927,87 Euros.

SÓCIOS E QUOTAS:

Titular: Mário Pereira Vidal dos Santos.

Estado civil: Casado.

Nome do cônjuge: Ouria Dahnoun.

Regime de bens: Comunhão de adquiridos.

Residência: Rua Beco da Solidão, n.º 5 – 3090 – 675 Figueira da Foz.

QUOTA: 11.222,95 Euros.

Titular: Paulo Jorge Capitão Gonçalves Marques Machado.

Estado civil: Solteiro, maior.

Residência: Rua António Ferreira, n.º 3 – 3º - 2695 – 020 Bobadela, Loures.

QUOTA: 11.222,95 Euros.

Titular: Francisco José Quaresma Tomás.

Estado civil: Casado.

Nome do cônjuge: Paula Alexandra Ramos de Campos Tomás.

Regime de bens: Comunhão de adquiridos.

Residência: Rua Hermínio do Nascimento, n.º 4 – 1º dtº - 2820 – 488 Charneca de Caparica.

QUOTA: 7.481,97 Euros.

GERÊNCIA:

Nome: Mário Pereira Vidal dos Santos.

NIF/NIPC: 100430988.

Cargo: Gerente.

Nome: Paulo Jorge Capitão Gonçalves Marques Machado.

NIF/NIPC: 187255504.

Cargo: Gerente.

Nome: Francisco José Quaresma Tomás.

NIF/NIPC: 170905489.

Cargo: Gerente.

Forma de obrigar: Com três assinaturas.

FIRMA: “T.S.A. – TÉCNICA SUBMARINA AVANÇADA, LDA. – SUCURSAL DE CABO VERDE”.

NIF: 271810700.

SEDE: Santa Maria, Ilha do Sal.

CAPITAL AFECTO: 100.000\$00.

Conta n.º 362 / 2016

Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóvel do Sal, aos 11 de Maio de 2016. – O Conservador-Adjunto, *Carlos Gregório Gonçalves*.

CV MARINE SHIPPING, S.A

Assembleia Geral

Convocatória nº 8/2016

Nos termos legais e estatutários, convoco a assembleia geral extraordinária da “CV MARINE SHIPPING, S.A.”, para se reunir na sua sede social em Mindelo, São Vicente, no próximo dia 27 de Junho de 2016, pelas 15 horas, com a seguinte ordem do dia:

1. Deliberar sobre cessão de ações, mediante alteração do artigo quarto dos estatutos;
2. Deliberar sobre alteração do pacto social, designadamente aditando um artigo sobre assembleia geral;
3. Deliberar sobre outros assuntos de interesse para a sociedade.

Mesa de assembleia geral da CV MARINE SHIPPING, S.A, aos 24 de Maio de 2016. – O Fiscal único *Felisberto Sanches Moreira*.

—o—

CABO VERDE TELECOM, S.A.

Mesa da Assembleia Geral

Convocatória nº 9/2016

(Inclusão de assunto novo e adiamento)

Tendo o Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Cabo Verde Telecom recebido, no dia 9 deste mês de maio, dos acionistas Estado de Cabo Verde, Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e Correios de Cabo Verde, SA, respetivamente representantes de 3,4%, 37,9% e 0,76% do capital social da Cabo Verde Telecom, SA, um pedido de introdução de um novo ponto na ordem do dia para a assembleia geral, já convocada para 27 deste mês, nos termos do artigo 409º do Código das Empresas Comerciais e solicitado também um adiamento da mesma reunião para o dia 27 de junho, “para o bem geral da empresa, tendo em conta a necessidade de articulações entre o acionista Estado e demais acionistas relevantes”, fica anulada a convocatória anteriormente efetuada e, por este meio, são convocados os senhores acionistas para a assembleia geral ordinária a realizar-se no dia 27 de junho de 2016, pelas 10H00 no Hotel Pestana Trópico, na cidade da Praia, com a seguinte ordem do dia:

1. Apreciar e deliberar sobre o relatório do conselho de administração e contas de exercício de 2015, que incluem contas individuais e consolidadas, bem como, apreciar o parecer do fiscal único;
2. Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício de 2015;
3. Proceder à apreciação da administração e fiscalização da sociedade, nos termos de artigo 407º, número 1, alínea c) do Código das Empresas Comerciais;
4. Apresentação do plano de 2016;
5. Renúncia de administrador. Sua substituição;
6. Apreciar e deliberar sobre outros assuntos da sociedade;
7. Eleição dos órgãos sociais.

Mesa de assembleia geral da Cabo Verde Telecom, S.A., na Praia, aos 17 de maio de 2016. – O Presidente, *Rui Jorge de Melo Araújo*.



II SÉRIE
BOLETIM
OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.